

A Passarola Voadora de *Memorial do Convento* de José Saramago



O romance *Memorial do Convento* (1982) é hoje leitura obrigatória no ensino secundário em Portugal por ser um dos livros mais emblemáticos de José Saramago, Prémio Nobel de Literatura de 1998.

No centro da história, ambientada no século XVIII, está a construção de uma

máquina voadora, a passarola. Este engenho voador, que acaba por elevar-se ao ar, transforma-se no romance em grande metáfora da capacidade inerente aos seres humanos de superar as suas condições históricas, e de libertar-se do que os oprime através da força das suas vontades.

Na construção e no voo da passarola intervêm quatro personagens, três delas históricas:

- o padre **Bartolomeu Lourenço de Gusmão** (Santos, Brasil, 1685 – Toledo, Espanha, 1724), o responsável pela ideia e pela ciência que permitirá construir um objeto voador no qual se combinam duas imagens empíricas, a de um barco, com velas, leme, proa e popa, e a de um pássaro que voa;
- **Baltasar e Blimunda** (moldada a partir da figura da Dorotheia Maria Roza, Mme. de Pedegache, casada em 1724), pessoas simples que representam o povo, e que constroem a passarola; Baltasar concretiza-a materialmente, Blimunda é a coletora da energia sem a qual a passarola não voaria;
- e o músico e compositor italiano **Domenico Scarlatti** (Nápoles, 26 de outubro de 1685 – Madrid, 23 de julho de 1757), que auxilia o voo da passarola com a beleza da sua música.

Cientista e intelectual ilustrado, o padre Bartolomeu explica o invento a Baltasar, um artesão hábil capaz de fornecer a mão de obra. Cético a princípio (“Com perdão da confiança, só os pássaros voam, e os anjos, e os homens quando sonham, mas em sonhos não há firmeza”), Baltasar torna-se um aliado absolutamente convicto.

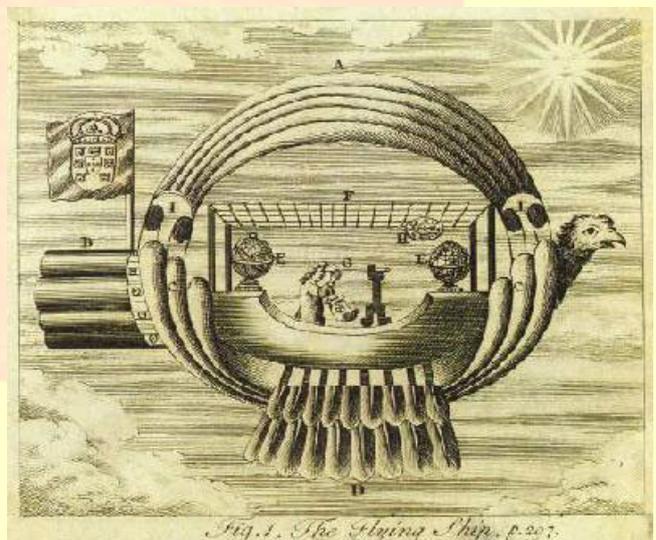
Blimunda participa na execução da passarola com as suas capacidades sobrenaturais: em jejum, vê as pessoas por dentro e pode recolher as suas vontades, dentro de frascos que contêm éter. Juntos, estes dois elementos formam o combustível que o padre Bartolomeu descobriu ser imprescindível para o voo da passarola.

Na construção do engenho, há vários momentos de maturação intelectual, humana, científica e material: o momento de ilustração de Bartolomeu, que vai à liberal Holanda procurar o segredo do éter; o momento de Baltasar, que é o operário, o artesão; o momento de Blimunda (o inexplicável, o poder feminino), que se encarrega de recolher duas mil vontades; o momento de Scarlatti, que junta a sua arte ao projeto:

Senhor Scarlatti, quando o enfadar o paço, lembre-se deste lugar. Lembrarei, por certo, e, se com isso não perturbar o trabalho de Baltasar e Blimunda, trarei para cá um cravo e tocarei para eles e para a passarola, talvez a minha música possa conciliar-se dentro das esferas com esse misterioso elemento.

A obra é testada e o voo realiza-se. Isto é: a passarola é movida pelas vontades de seres humanos; o imaginário sobrenatural, afinal, está na própria realidade, no humano, e não no divino.

Portanto: ciência, artesanato, imaginário e arte promovem, num equilíbrio raro, a construção e o voo da passarola executada por personagens que mutuamente se auxiliam num encontro solidário de vontades e harmonias. Ao sonho de Bartolomeu juntam-se quer a perícia e o empenho de Baltasar, quer o inexplicável poder sobrenatural de Blimunda, o amor inquebrantável entre ambos, e a música sublime de Domenico Scarlatti.



A *passarola* como momento precursor da aviação

A *Passarola Voadora* foi um “instrumento de andar pelo ar”, tal como se lê na petição de privilégio do padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão (Santos, Brasil, 1685 – Toledo, Espanha, 1724) ao rei D. João V. Esta petição resultou num alvará, datado de 19 de abril de 1709. Neste mesmo ano, a 8 de agosto, na sala dos embaixadores da Casa da Índia, o padre Bartolomeu Lourenço (como era conhecido) apresentou a sua primeira experiência, na qual pôde elevar a cerca de quatro metros um pequeno balão de papel, cheio de ar quente, o que, segundo documentos da época, mereceu o aplauso da Corte, do Núncio Apostólico, Cardeal Conti (futuro papa Inocêncio XIII) e do Corpo Diplomático.

Significa isto que, depois de Leonardo da Vinci, no século XVI, ter desenhado a primeira máquina voadora, o padre Bartolomeu torna-se num pioneiro da história da aviação: inventa um aeróstato, o primeiro engenho a conseguir elevar-se no ar. Mais tarde, em 1783, os irmãos Montgolfier (Joseph e Étienne) irão lançar em Annonay, em França, um balão de ar quente capaz de transportar pessoas.

Homem culto que acreditava na ciência e nas capacidades dos seres humanos, o padre Bartolomeu Lourenço parece ter sido forçado a fugir à Inquisição. Tê-la-á evitado, durante muito tempo, graças à amizade que o Rei lhe tinha.

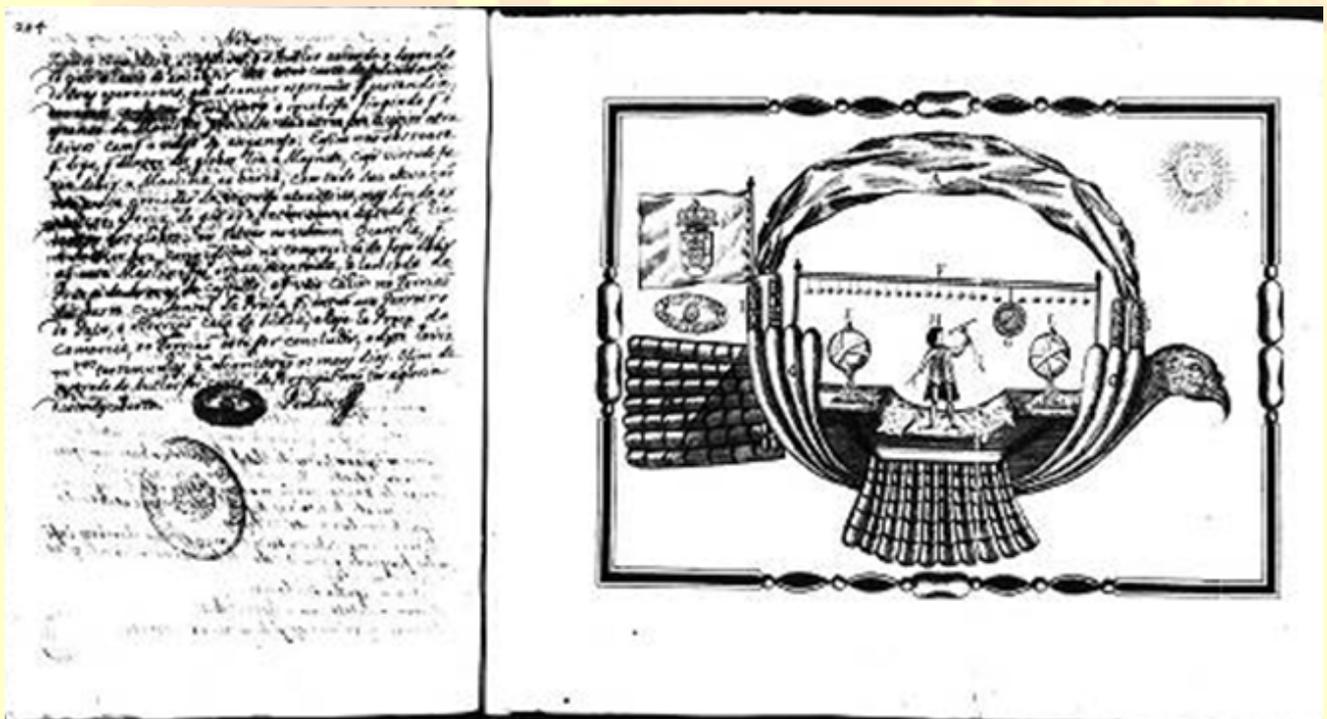
Bartolomeu Lourenço de Gusmão nasceu em Dezembro de 1685 em Santos, no Brasil, que era então território português. Estudou em Belém, na Baía, ingressou na Companhia de Jesus e deslocou-se definitivamente para a capital em 1708. Ainda no Brasil, destacou-se como inventor, tendo construído uma bomba hidráulica que elevava a água do rio até ao Seminário onde estudava. Em 1709 teria já a ideia de construir uma máquina voadora, pelo que dirigiu ao rei D. João V uma petição em que requeria para si uma patente sobre os proveitos de um «instrumento que inventou para andar pelo ar». Nesse documento, enumera as vantagens do desenvolvimento futuro do seu invento, tanto para as comunicações como para a guerra e o comércio. Sabe-se que o rei despachou favoravelmente a petição.

Ainda no mesmo ano, nos primeiros dias de Agosto, Bartolomeu de Gusmão fez várias experiências perante o rei e a corte. Conseguiu elevar ao ar «mais de vinte palmos», no dizer de um cronista da época, «um globo de papel grosso, metendo-lhe no fundo uma tigela com fogo». Esta demonstração é tudo

o que se conhece com segurança sobre as experiências do Padre Bartolomeu. Sem que se saibam as razões, as experiências terminaram. Não é de crer que elas tenham sido um fracasso total, pois os cronistas são unânimes em descrever a subida destes balões de ar quente, que muito surpreenderam a assistência.

Há quem afirme que o abandono das experiências foi motivado pela tremenda chacota que os ignorantes e invejosos fizeram do seu invento. Ainda antes das suas demonstrações junto à corte, os boatos circulavam pela capital. O povo alcunhava o padre de «Voador», e o seu engenho volante passou a ser chamado «Barcarola». Circulavam chacotas e pasquins ridicularizando o inventor. Um poeta escreveu, entre outras, uma poesia intitulada «Ao novo invento de andar pelos ares». Aí se queixava do dinheiro gasto na construção desta «urdida paviola» e dizia que «Esta fera Passarola/ ... Assim eu fora cedo santo/ Como se há-de acabar cedo».

Misturando-se facto e ficção, o relato das experiências do padre Bartolomeu chegou aos nossos dias envolto numa áurea de mistério que os desenhos fantasiosos da fantasiosa Barcarola ajudaram a construir. Essas fantasias, propagadas pela chacota popular, desprestigiam o inventor português. A honra de voar pela primeira vez num balão haveria de caber a dois franceses, Pilâtre de Rozier e o marquês de Arlandes, que se elevaram nos ares em 1783, 74 anos depois das experiências de Gusmão. Mas a honra de construir pela primeira vez um balão capaz de subir por meio de ar quente cabe – segundo o que se sabe ao certo – ao inventor português.



Na Torre do Tombo, no Arquivo Nacional em Lisboa, encontra-se a transcrição do documento histórico em que o padre jesuíta Alexandre Gusmão (1695-1753), protetor de Bartolomeu Lourenço, expõe ao rei D. João V o invento de um tipo de aeronave e seus possíveis usos:

Petição do Padre Bartholomeu Lourenço sobre o instrumento que inventou para andar pelo ar e suas utilidades.

Diz o licenciado Bartholomeu que ele tem descoberto um instrumento para andar pelo ar da mesma sorte que pela terra, e pelo mar, com muita mais brevidade, fazendo muitas vezes duzentas e mais léguas de caminho por dia, nos quais instrumentos se poderão levar os avisos de mais importância aos exércitos e terras mais remotas, quasi no mesmo tempo em que se resolvem - no que interessa a V^a Majestade muito mais que todos os outros Príncipes pela maior distância de seus Domínios, evitando-se desta sorte os desgovernos das conquistas, que provem em grande parte de chegar tarde a notícia deles. Além do que poderá V. Mag. mandar vir todo o preceito delas muito mais brevemente e mais seguro. Poderão os homens de Negócio passar letras e cabedais a todas as Praças sitiadas: poderão ser socorridas tanto de gente, como de víveres, e munições a todo o tempo, e tirarem-se delas as Pessoas que quiserem, sem que o inimigo o possa impedir.

Descobrir-se-ão as regiões mais vizinhas aos Pólos do Mundo, sendo da Nação Portuguesa a glória deste descobrimento, além das infinitas conveniências que mostrará o tempo. E porque deste invento se podem seguir muitas desordens cometendo-se com o seu uso muitos crimes, e facilitando-se muito na confiança de se poderem passar a outro Reino, o que se evita estando reduzido o dito uso a uma só Pessoa, a quem se mandem a todo o tempo as ordens convenientes a respeito do dito transporte, e proibindo-se a todas as mais sob graves penas. E é bem se remunerere ao suplicante invento de tanta importância.

Pede a V. Majestade seja servido conceder ao suplicante o privilégio, de que pondo por obra o dito invento nenhuma pessoa de qualquer qualidade que for possa usar dele em nenhum tempo neste Reino, ou suas conquistas sem licença do suplicante, ou seus herdeiros sob pena de perdimento de todos os bens, e as mais que a V. Majestade parecerem.

Consultou-se

No Desembargo do Paço a El Rey com todos os votos e que o prêmio que pedia era muito limitado e que se devia ampliar.

Saiu Despachado

Como parece à Mesa, e além das penas acrescento a de morte aos Transgressores, e para com mais vontade o suplicante se aplicar ao novo Instrumento, obrando os efeitos que relata, lhe faço mercê da primeira Dignidade, que vagar nas minhas colegiadas de Barcelos, ou Santarém, e de Lente de Prima de Mathematica da minha Universidade de Coimbra com 600 mil réis de renda, que crio de novo em vida do suplicante somente.

Lisboa, 7 de Abril de 1709

(com a rubrica de Sua Majestade)